

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200110-3919>

Recebido em: 09/05/2019 | Aprovado em: 18/11/2019

## MENSAGEM DE FIM DE ANO E BLITZ EM ESCOLAS: DISCURSO, VIOLÊNCIA E AMEAÇA NO PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO NO BRASIL

New Year's Message and School Blitz: | Mensaje de Fin de Año y "Blitz" en Escuelas:  
Discourse, Violence and Threat in | Discurso, Violencia y Amenaza en el  
Brazil's *School Without Party* Program | Programa *Escuela Sin Partido* en Brasil

**Renata Rena Rodrigues \***

Universidade de Brasília

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Brasília, DF, Brasil

**Viviane de Melo Resende\*\***

Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Brasília, DF, Brasil

**Resumo:** O movimento autointitulado *Escola sem Partido*, segundo seu sítio oficial, seria “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o [suposto] grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Para investigar, por meio da análise de discurso crítica, a construção discursiva de ameaça e violência em torno desse movimento, este artigo toma como objeto analítico dois textos disponíveis na Internet, um do âmbito organizacional do Programa e um de mídia jornalística online. O primeiro intitula-se *Mensagem de Fim de Ano*, e o segundo é uma notícia do jornal *Estado de S. Paulo* sobre visitas-surpresa em escolas de São Paulo. O objetivo é refletir sobre como o discurso particular de censura do Programa *Escola sem Partido* pode ser legitimado em gêneros específicos (mensagem e notícia) e inculcado em estilos projetados na construção de identidades e identificação de grupos sociais.

**Palavras-chave:** Discurso. *Escola sem Partido*. Violência.

**Abstract:** The self-titled *School Without Party* movement, according to its official website, would be "a joint initiative of students and parents concerned about the [supposed] political-ideological degree of contamination of Brazilian schools at all levels: from primary to higher education." In order to investigate, through critical discourse analysis, the discursive construction of threat and violence around this movement, this article takes as analytical object two texts available on the Internet, one of the Program's organizational scope and other of online journalistic media. The first text is entitled *New Year's Message*, and the second one is a news article from the *Estado de S. Paulo* newspaper about surprise visits to schools in São Paulo.

\* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília (UNB). Professora do CAP-Coluni da Universidade de Viçosa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5389-4912>. E-mail: [renata.rena@ufv.br](mailto:renata.rena@ufv.br).

\*\* Doutora em Linguística (Linguagem e Sociedade) pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Associada. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7791-5757>. E-mail: [resende.v.melo@gmail.com](mailto:resende.v.melo@gmail.com).

The purpose is to reflect on how the private censorship discourse of the *School Without Party* Program can be legitimized in specific genres (message and news) and inculcated in styles designed to construct identities and identifications of social groups.

**Keywords:** Speech. *School without Party*. Violence.

**Resumen:** El movimiento auto titulado *Escuela sin Partido*, según su sitio oficial, sería "una iniciativa conjunta de estudiantes y padres preocupados por el [supuesto] grado de contaminación político-ideológica de las escuelas brasileñas en todos los niveles: de la enseñanza básica al superior". Para investigar, a través del análisis del discurso crítico, la construcción discursiva de amenaza y violencia en torno a ese movimiento, este artículo lleva como objeto analítico dos textos disponibles en Internet, uno del ámbito organizacional del Programa y otro de medios periodísticos en línea. El primer texto se titula *Mensaje de fin de año*, y el segundo es una noticia del periódico *Estado de S. Paulo* sobre visitas sorpresa en escuelas de São Paulo. El objetivo es reflexionar sobre cómo el discurso particular de censura del Programa *Escuela sin Partido* puede ser legitimado en géneros específicos (mensaje y noticia) e inculcado en estilos proyectados en la construcción de identidades e identificaciones de grupos sociales.

**Palabras clave:** Discurso. *Escuela sin Partido*. Violencia.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Admitir que a linguagem é parte irredutível da vida social, pressupondo, assim, relação interna e dialética de linguagem-sociedade, é admitir que questões sociais são também questões de discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Neste trabalho investigamos, por meio da análise de discurso crítica (ADC), a construção discursiva de ameaça e violência em torno do movimento autointitulado *Escola sem Partido*, tomando como material de análise dois textos disponíveis na Internet, um do âmbito organizacional do Programa e um de mídia jornalística online. Em ordem cronológica, o primeiro texto, de autoria do coordenador do Programa, intitula-se *Mensagem de Fim de Ano*, publicado em dezembro de 2016, e o segundo, de abril de 2017, é uma notícia do jornal *Estado de S. Paulo* sobre 'visitas surpresa' em escolas de São Paulo, por um vereador, com fins de censura e ameaça a docentes.

Considerando o pressuposto de que o uso da linguagem é constitutivo e, portanto, ideológico (BAKTHIN, 2003), para a análise aqui apresentada mapeamos escolhas linguísticas ligadas à construção discursiva de violência e ameaça, ideias centrais à prática discursiva do programa. Considerando as categorias analíticas *vocabulário*, *gramática*, *estrutura genérica* e *intertextualidade*, o objetivo da análise é refletir sobre como o discurso particular de censura do Programa *Escola sem Partido* pode ser legitimado em gêneros específicos (mensagem de fim de ano e notícia) e inculcado em estilos projetados na construção de identidades e identificações de grupos sociais.

Com a análise das materialidades linguísticas selecionadas, pretendemos sinalizar aspectos concernentes a representação, identificação e ação (FAIRCLOUGH, 2003) nos textos, para uma reflexão sobre práticas discursivas opressoras disseminadas pelo Programa *Escola sem Partido*.

## 2 O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

O movimento autointitulado *Escola sem Partido*, segundo seu sítio oficial,<sup>1</sup> seria “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o [suposto] grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Com inspiração em uma experiência estadunidense autointitulada *No Indoctrination*, criou-se o movimento *Escola sem Partido*, “uma associação informal, [dita] independente, sem fins lucrativos e [supostamente] sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”.

No Brasil, os Projetos de Lei (PL) que configuram o programa e tramitam no Congresso Nacional referenciam-se nas propostas do movimento *Escola sem Partido*, criado em 2004 e transformado em Associação em 2015. Os PL 7180/2014, 7181/2014 e 867/2015 propõem alterações nos currículos escolares e a instituição do *Programa Escola sem Partido* mediante alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Acrescidos a estes, os PL 1411/2015 e 2731/2015 referem-se à criação de leis de disciplinamento e punição de docentes que praticarem ações consideradas por seus autores como “doutrinação ideológica”.

Os projetos-padrão que vêm sendo replicados nas casas legislativas (incluída a Lei no 7800/2016 do Estado de Alagoas, julgada inconstitucional em 2017 pelo STF) que articulam as inovações pretendidas são estrategicamente apresentados em meio aos princípios do ensino inscritos na Constituição de 1988 e na própria LDB. Tais proposições são abusivas e inconstitucionais, porque violam frontalmente direitos e garantias constitucionais referentes à educação. Contudo, observa-se que a estratégia do debate legal vem ganhando espaço em outros estados e municípios, como a aprovação em primeiro turno do Projeto *Escola sem Partido* pela câmara municipal de Belo Horizonte, em outubro de 2019.

O programa diz que práticas nas salas de aula afrontariam o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado e ameaçariam o próprio regime democrático, na medida em que instrumentalizariam o sistema de ensino com o objetivo de “desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores”. Baseia-se no discurso da disputa entre atores políticos para justificar, em muitos casos, suas propostas contidas do projeto de lei e alicerçadas na intimidação e punição de professoras, professores e escolas. Ainda no intuito de justificar o surgimento do “Programa”, seu coordenador Miguel Nagib (advogado, ex-procurador do Estado de São Paulo, autor do projeto *Escola sem Partido*, fundador e líder do movimento *Escola sem Partido* instituído em 2003) explicita uma das razões que teriam levado à criação do movimento e à apresentação do Projeto de Lei:

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. Como membros

<sup>1</sup> É nossa escolha não reproduzir aqui o link para o site, que de todo modo pode ser facilmente encontrado, caso seja de interesse de nossa leitora.

da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais –, não podemos aceitar esta situação.<sup>2</sup>

No campo universitário, o pesquisador Fernando Penna vem debatendo em profundidade as implicações do movimento *Escola sem Partido*, e também as ameaças trazidas pelo programa materializado em projetos de lei. Em relação à propagação de discursos por esse movimento/programa, ele destaca que uma reação comum é:

não levar a sério a ameaça apresentada por esse discurso e os projetos de lei que incorporam suas ideias por ser algo que, para nós, é muito obviamente contraditório com a legislação educacional existente. O discurso do Escola sem Partido não foi devidamente enfrentado, a meu ver, desde o momento em que ele surgiu, em 2004, justamente por parecer absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força, não em debates acadêmicos, mas nas redes sociais. Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional. (PENNA, 2017, p. 35)

Penna destaca aspectos relevantes dessa movimentação surgida em 2004 e que não foi encarada com a devida atenção por parte de professoras e professores críticos, de estudantes que defendem uma educação plural, da sociedade como um todo. Com estratégias simples, o movimento/programa vem ganhando espaço na defesa dessa proposição de política pública educacional, e muito mais agora, desde as eleições de 2018. Para Penna, a principal questão a ser debatida não trata só da constitucionalidade, da discussão legal; talvez o mais importante seja uma disputa pela opinião pública, o debate no espaço público, e a compreensão das razões pelas quais essas ideias estão ganhando força em alguns segmentos da sociedade civil.

Ao se autodeclarar como *Programa e Projeto*, seus formuladores parecem buscar uma ordem discursiva de maior formalidade. Um efeito de sentido pode ser a ampliação do campo da disputa de ideias à projeção de uma prática, o que sugere uma ação em sentido prático, uma vez que apresenta propostas que buscam condicionar e normatizar atitudes de sujeitos envolvidos em tais práticas. No caso específico, os atores sociais centrais são as professoras e professores, estudantes e responsáveis, atores de gestão e administração escolar e até o ministério público.

No intuito de se constituir como esse “movimento” ou “programa”, o *site* oficial sustenta o seguinte objetivo:

dar visibilidade a um problema gravíssimo que [supostamente] atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos.

---

<sup>2</sup> Disponível no site oficial do movimento, cujo endereço não reproduzimos, mas que pode ser encontrado na Internet sem qualquer dificuldade, caso seja de interesse de nossa leitora.

Considerando tal objetivo, outro aspecto oportuno para nossas reflexões se destaca: uma das práticas recomendadas pelo movimento como reação da comunidade escolar à suposta instrumentalização do ensino para doutrinação. É sugerida a denúncia por parte de alunas/os e responsáveis, com a disponibilização de canais na página oficial do programa (e-mail, espaço para comentário etc.) e até mesmo de formulários (para notificação extrajudicial) destinados a acionar meios jurídicos para formalização de denúncias.

A observação da descrição do movimento e seus objetivos permite perceber, nos textos que são rastro e materialização de discursos, as insinuações de ameaça, preconceito, exclusão, discriminação, ligadas à ação do movimento *Escola sem Partido*. O potencial acional dos textos encontrados no *site* do “movimento/programa” indica esses efeitos de sentido.

O movimento engendra diversas ordens do discurso, diretamente relacionadas a práticas sociais discriminatórias e até punitivistas, o que faz desse tema/problema uma oportunidade para reflexões sobre as relações de linguagem-sociedade, que aqui serão feitas por meio dos textos que, de nosso *corpus* mais amplo, foram selecionados para este artigo. Na próxima seção, apresentamos alguns apontamentos teóricos que subsidiarão a análise dos dois textos, *Mensagem de Fim de Ano* e *Blitz em Escolas*.

### 3 APONTAMENTOS TEÓRICOS

Como observa Resende (2016, p. 9), “o discurso estabelece as formas que podemos dar à realidade (é um princípio construtivo), as regras para o funcionamento das práticas (é um princípio normativo) e os pressupostos para sua avaliação (é um princípio interpretativo)”. Nesse sentido, a análise discursiva crítica dos textos selecionados sustenta-se no princípio de que o discurso deve ser tomado como ponto de partida para investigação do objeto aqui delineado, já que se trata de refletir sobre o que uma dada sociedade, em um espaço-tempo definido, entende ser necessário e importante para linhas de ação discursivas ou não, um interesse analítico da Análise Interdiscursiva de Políticas Públicas (AIPP), que orienta o projeto de que este artigo é parte (RESENDE, 2018).

Como já mencionado, a escolha teórico-metodológica para a presente análise é a Análise de Discurso Crítica (ADC) na perspectiva de Fairclough (2010, 2003) e seus desdobramentos latino-americanos. De acordo com Resende e Ramalho (2011, p.12), “a perspectiva crítica da ADC, herdada também de suas origens na Linguística Crítica, assenta-se no diálogo com a Ciência Social Crítica, comprometida com o questionamento de aspectos políticos e morais da vida social”, o que será oportuno para a análise aqui pretendida.

Considerando a linguagem como prática social e o contexto de uso da linguagem crucial para a construção de sentidos, a ADC tem como objetivo investigar criticamente como desigualdades são expressas, constituídas, legitimadas pelo uso da linguagem, tornando possível identificar ideologias subjacentes às relações de poder e sua conexão com a linguagem. Nesse sentido, a ADC pretende investigar o modo como práticas discursivas estão imbricadas com estruturas sociopolíticas mais abrangentes, de poder e dominação (VAN DIJK, 2009).

Como área de estudo interdisciplinar que se compromete com estudos dos aspectos discursivos da mudança social, a ADC investiga, de forma crítica, como relações de poder assimétricas são expressas e legitimadas por meio da linguagem (FAIRCLOUGH, 2001). Esse é um fundamento de seu caráter posicionado diante de problemas sociais, uma vez que pesquisadores/as em ADC não se pretendem neutros/as. Já que o discurso, concebido como modo de ação e de representação, como aspecto da prática social, é intrínseco à sociedade, presta-se como instância epistemológica útil para a investigação de problemas sociais ligados ao abuso de poder, oportunidade que pesquisadoras/es em ADC buscam aproveitar.

No enquadre para ADC proposto por Fairclough (2003), o aspecto discursivo de práticas sociais inclui gêneros (modos de ação), discursos (modos de representação) e estilos (modos de identificação). Interessa-nos na reflexão proposta, em função do recorte necessário a nossa pesquisa, investigar como os textos focalizados contribuem para construção de significados que conduzem a ameaça e violência.

Nesse sentido, o objeto da análise proposta é a articulação de sentidos e significados nas materialidades linguísticas selecionadas, pois tais sentidos modificam não só as práticas discursivas, mas também as práticas sociais. É de interesse, portanto, reconhecer o que as pessoas estão fazendo discursivamente na produção dos objetos analíticos selecionados, daí a relevância do conceito de gênero para nossa análise a seguir.

#### **4 MENSAGEM DE FIM DE ANO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE INTIMIDAÇÃO E AMEAÇA**

Para Wodak (2003), as diferenças discursivas se negociam nos textos. Estão regidas por diferenças de poder que se encontram, por sua vez, parcialmente codificadas no discurso e determinadas por ele e pela variedade discursiva. Como consequência, os textos frequentemente mostram pistas dos discursos e das ideologias em disputa.

O primeiro texto tomado aqui como objeto analítico, “Mensagem de Fim de Ano do coordenador do Escola sem Partido ao militante disfarçado de professor”, foi publicado em dezembro de 2016 no *site* oficial do programa e tem como autor o idealizador do *Escola Sem Partido*, Miguel Nagib. A Mensagem se configura, em linhas gerais, como uma espécie de carta, ao apresentar os aspectos composicionais de título, vocativo, despedida e assinatura. Contudo, como a própria nomeação do texto materializa, traz ainda a estrutura discursiva de ‘mensagem de fim de ano’, que em nosso contexto sociocultural se consolida como uma prática ainda usual. Em tempos de fim de ano, empresas (a clientes e parceiros) e pessoas físicas (a amigos e familiares) por vezes manifestam textualmente uma espécie de “balanço” do ano que passou e explicitam prospecção (votos e desejos) para o próximo período que se inicia.

Para que possamos, em seguida, realizar a análise com as categorias selecionadas para esta reflexão, apresentamos antes a reprodução da mensagem de Miguel Nagib (destaques reproduzidos do original):

**Texto 1 – Mensagem de fim de ano/ Carta****“Mensagem de fim de ano do coordenador do Escola sem Partido ao militante disfarçado de professor”**

*Prezado Militante Disfarçado de Professor:*

*2016 está chegando ao fim. Foi um ano de ouro para a militância em sala de aula, não é mesmo? O ano do "gôpi", do "Fora, Temer!", das "ocupações" contra a PEC 241... Quanta politicagem! E a trabalhadeira para "desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs"? Mesmo sem dar aulas e fazendo aquilo de que mais gosta, você deve estar exausto. Agora vêm as férias, o descanso merecido antes de voltar ao front em 2017.*

*Pois é de 2017 que eu gostaria de lhe falar. Tudo indica que não será um ano muito tranquilo para politiquieiros como você. O problema é que, graças em parte ao trabalho realizado pelo Escola sem Partido – que você tanto odeia quanto teme –, a doutrinação ideológica e a propaganda política e partidária em sala de aula estão se tornando uma atividade de alto risco. A cada dia mais gente fica sabendo quem você é e o que você faz no segredo das salas de aula. E o que é pior: essas pessoas já entenderam que aquelas práticas, além de covardes e antiéticas, são ilegais, o que significa que você pode acabar tomando um processo nas costas caso venha a causar algum dano, material ou moral, a qualquer dos seus alunos.*

*A situação vai ficar ainda mais complicada para o seu lado quando sair pela editora Record o livro que Rodrigo Constantino e eu estamos escrevendo, o que deve acontecer logo no começo do ano. Mais e mais estudantes e pais saberão como lidar com abusadores como você.*

*Três anos é o prazo de prescrição das ações de reparação de danos, segundo o Código Civil. É o tempo de que dispõem as suas vítimas para decidir se desejam processá-lo. O interessante é que, nesse meio tempo, elas já não estarão sob o seu poder, de modo que você não poderá persegui-las ou prejudicá-las. Você provavelmente já terá esquecido o nome delas, mas elas se lembrarão perfeitamente do seu.*

*Agora, pense no número de estudantes e pais que podem se sentir lesados pelas suas práticas abusivas ao longo desses três anos, e calcule o tamanho do risco a que você está se expondo e expondo as escolas onde trabalha, que respondem solidariamente pelos danos que você causar aos usuários dos serviços que elas prestam. É por isso que professores com o seu perfil passarão a encontrar cada vez mais dificuldade para arrumar emprego nas escolas particulares. Você pode ser muito útil para os partidos e organizações a que serve, mas para as escolas em que trabalha é sinônimo de encrenca.*

*Se você soubesse como é fácil, no Brasil, processar outra pessoa, ficaria bastante preocupado. Só para você ter uma ideia: nos juizados especiais, se o valor da indenização pleiteada for igual ou inferior a 20 salários mínimos (R\$ 15.760,00), o autor da ação nem precisa gastar dinheiro com advogado: ele mesmo pode assinar a petição, cujo modelo eu terei o prazer de disponibilizar. É claro que algumas dessas ações podem vir a ser julgadas improcedentes; mas até isso acontecer, você já terá tido um bocado de aborrecimentos e despesas. O simples fato de ser processado já é uma “condenação”. Enfim, tudo vai depender das suas vítimas. Se elas não se acovardarem ou se omitirem, você vai receber tantas intimações que pode acabar ficando amigo do carteiro ou do oficial de justiça. De minha parte, continuarei me esforçando para que molestadores empedernidos como você sejam expelidos do sistema. Desejo-lhe, portanto, um 2017 cheio de denúncias e processos. Que seus alunos não caiam na sua conversa, e os pais deles estejam sempre de olho em você. Estes são os meus votos de Ano Novo para você e seus colegas de militância.*

*Sem o menor respeito ou admiração, Miguel Nagib*

A primeira categoria que exploraremos neste texto é a de vocabulário. Para melhor visualização da análise, organizamos no quadro a seguir os modos de referência aos atores cuja representação nos interessou mapear por meio dessa categoria: docentes e discentes.

“Professor(es)”	“Alunos”
Militante disfarçado de Professor Político Professores com o seu perfil Abusadores Molestadores Empedernidos	Alunos Vítimas Estudantes

### Quadro 1 – Vocabulário como estratégia para representação de atores sociais

Fonte: Elaboração própria.

Ao atribuir várias formas de nomear docentes, opta-se por qualificação sempre de aspecto negativo. São reivindicados, pelos modos de referência utilizados na lexicalização do grupo, representações sociais que extrapolam seu papel social, com efeito de desqualificação de sua ação ou mesmo de sua personalidade. O autor dirige-se a docentes, mas enfatiza nos modos de referência sua atuação política (“militante”, “político”, “disfarçado”, “com o seu perfil”), desqualificando-a. Nesse sentido, podemos aqui retomar Fairclough (2003, p. 91), para quem “o discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”.

As escolhas vocabulares na representação de docentes também estabelecem, em nível pressuposto, certas relações entre docentes e discentes, especialmente nos itens “abusadores” e “molestadores”. Ao referir assim docentes a que se dirige, o autor também enfatiza a referência a discentes como “vítimas”, item também presente no quadro.

Ainda nos valendo da categoria de vocabulário, observemos efeitos de sentido que enfatizam uma significação depreciativa, que se dá na lexicalização dos termos e qualificações de fatos, por meio do uso expressivo de adjetivos e advérbios para qualificar dois períodos em oposição: o ano que passara e o que se iniciava:

Ano de 2016	“Ouro”	“militância em sala de aula” “gópi” “Fora, Temer!” “‘ocupações’ contra a PEC 241” “desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs”
Ano de 2017	“não muito tranquilo”	“trabalho realizado pelo Escola sem Partido”; “atividade de alto risco”; “processo nas costas”.

### Quadro 2 – Uso de adjetivos e outros qualificadores na avaliação dos anos (2016 e 2017)

Fonte: Elaboração própria.

A estratégia da comparação é uma ferramenta eficiente ao longo do texto, cuja estratégia discursiva principal é a construção de polos opostos. Pela qualificação dos anos de 2016 e 2017 (comparação que justifica o gênero escolhido: balanço e prospecção), as avaliações que conduzem a oposição (“ouro” e “não muito tranquilo”) já sinalizam a ameaça evidenciada principalmente na qualificação do que se espera de atitudes por parte do programa *Escola sem Partido* e seus participantes.

Em relação ao uso de reforçadores no texto, podemos observar, em trechos como (grifos adicionados): “Tudo indica que *não* será um ano  *muito* tranquilo”; “a doutrinação ideológica e a propaganda política e partidária em sala de aula estão se tornando uma atividade de *alto* risco”, “A situação vai ficar ainda  *mais* complicada”, “Se você soubesse como é fácil, no Brasil, processar outra pessoa, ficaria  *bastante* preocupado” , “Você vai receber  *tantas* intimações que pode acabar ficando amigo do carteiro ou do oficial de justiça”, que a recorrência do uso de advérbios de negação e de intensidade, e de adjetivos se torna também estratégia relevante para qualificar violência e ameaça que são, assim, construídas ao longo da mensagem de fim de ano.

No que diz respeito à organização do texto, há alternância de períodos coordenados e subordinados, sendo os primeiros a forma mais recorrente. A coordenação das orações pode ser percebida como uma estratégia do encadeamento da argumentação no sentido da avaliação negativa do trabalho docente e a conseqüente ameaça que se instaura. Já a subordinação das orações é recurso que enfatiza a lógica da argumentação, que também recorre a desqualificação e ameaça, valendo-se das relações de causa-conseqüência, condição etc. Assim, processos e participantes, como por exemplo atores sociais (“professores”/ “pais”/ “alunos”) e suas ações desempenhadas (“militância”/ “preocupação”/ intimidação) estão articulados num esquema retórico mais asseverativo.

O Quadro 3 ordena algumas dessas questões:

Predominância de frases declarativas (modalidades categóricas)	Quanta politicagem! A cada dia mais gente fica sabendo quem você é e o que você faz no segredo das salas de aula. Três anos é o prazo de prescrição das ações de reparação de danos O simples fato de ser processado já é uma “condenação”
Orações interrogativas com sentido de reafirmação do ponto de vista e construção da ironia	Foi um ano de ouro para a militância em sala de aula, <b>não é mesmo?</b> E a trabalhadeira para "desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs"?
Expressão de possibilidade: uso do futuro do pretérito ou pretérito imperfeito do subjuntivo (com efeito de ameaça)	Se você <i>soubesse</i> como é fácil, no Brasil, processar outra pessoa, <i>ficaria</i> bastante preocupado.
Expressão de possibilidade: uso de estruturas semânticas de valor condicional e auxiliares modais (com efeito de ameaça)	<i>Se</i> elas não se acovardarem ou se omitirem, você vai receber tantas intimações que <i>pode</i> acabar ficando amigo do carteiro ou do oficial de justiça. você <i>pode</i> acabar tomando um processo nas costas <i> caso</i> venha a causar algum dano, material ou moral, a qualquer dos seus alunos.

### Quadro 3 – Gramática: palavras combinadas em frases e orações

Fonte: Elaboração própria.

No aspecto gramatical, a modalidade é, nesse texto, uma importante estratégia para realizar afirmações (categóricas ou não) construindo efeito de sentido de ameaça, assim como o uso da narração e descrição são estratégias para contextualização dos fatos e fundamentação da argumentação. Essas estratégias têm no texto efeito cumulativo, de modo que a ameaça vai se adensando a cada parágrafo.

O texto se apresenta como uma espécie de carta em que Miguel Nagib se dirige ao seu interlocutor, o “Militante Disfarçado de Professor”, identificando-se como uma sorte de autoridade moral. Nesse sentido, o estilo do discurso tem características informais e mais diretas, fazendo com que a articulação de ideias fique pouco marcada entre os parágrafos e o uso de elementos coesivos seja restrito, carecendo de conectores. As relações entre as partes, como na fala, são deixadas ao subentendido, mas certamente recuperadas na leitura.

Outros aspectos referentes à coesão, que também compõem a organização sistemática da mensagem, podem ser observados se retomamos o propósito comunicativo do texto. A constante interpelação do “Professor” está presente no uso recorrente do vocativo “você”, e sobretudo no uso dos pronomes pessoais e possessivos.

O ponto de partida na análise da “mensagem de fim de ano” não está simplesmente ligado ao conteúdo e à forma, mas à ação que é evidenciada pelo seu uso. Nesses termos, relacionado a cada gênero não está só um tipo particular de texto, mas processos de produção, distribuição e consumo. A estrutura apresentada se presta tanto a levar um recado, narrar situações, como no caso da carta, quanto a fazer um balanço e prospecção, no caso da mensagem de fim de ano, mas também assume um viés de intimidação, na forma da interpelação asseverativa. A questão do gênero no texto analisado, então, mostra-se como “faceta reguladora do discurso”, estratégia de controle sobre o discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). O gênero se torna a principal estratégia para produção do efeito de sentido de ameaça.

A movimentação de práticas discursivas no âmbito do *Escola sem Partido* chama atenção. Essa mensagem de fim de ano, publicada pelos meios de divulgação do programa, é de extrema violência. Encontramos na materialização do texto a naturalização da violência simbólica registrada em forma de ameaças explícitas ao ato de lecionar. O que antes era uma atividade de liberdade de expressão num espaço de formação cidadã, com abertura ao que é diferente – a escola – está hoje ameaçado pelo *Escola sem Partido* de se consolidar exclusivamente como um espaço de vigilância e coação. De forma direta e sem o menor constrangimento, Miguel Nagib, autor do texto e idealizador do programa, explicita sua percepção da conjuntura política e educacional do ano de 2016 e sinaliza, portanto, sua prospecção das práticas que esperava num futuro próximo.

Para trazer ao espaço discursivo a percepção do que em sua visão teria sido 2016, Nagib apela para sentidos pressupostos e para a intertextualidade, em ambos os casos criando um espaço avaliativo subentendido, profundamente inserido nos sentidos enunciados. No primeiro parágrafo (em “gópi”, “Fora, Temer!”, “ocupações”, “desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs”), a recorrência de expressões destacadas pelo uso de aspas ecoa uma voz de enunciador genérico ligado a eventos políticos do “ano de 2016”. A tentativa de deslegitimação do Golpe de Estado que levou ao impeachment da então presidenta Dilma Rousseff aparece na forma recontextualizada de “gópi” – aqui o autor expressa a ironia por um recurso ortográfico. No mesmo sentido, as expressões “Fora Temer” e “ocupações”, remetendo ao mesmo momento social e político, podem ser observadas como vozes genéricas trazidas, de forma irônica, por Miguel Nagib.

No que se refere à expressão “desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs”, observamos a utilização da marcação da concordância de gênero substituída pelo “x”, que, no contexto da Mensagem de fim de ano, pode ser compreendida como uma espécie de ironia. A discussão sobre a suposta doutrinação ideológica nas escolas no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade que alavancou a carreira e candidatura do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, não é uma retórica isolada ou original circunscrita ao contexto brasileiro. Movimentos que se opõem à discussão de gênero nas escolas existem e ganham forças de alas de discurso conservador mundo afora. Esta é uma bandeira declarada do Movimento *Escola sem Partido* que tem sido operacionalizada pelo Ministério da Educação com a justificativa de “promessa de campanha” do atual governo.

As expressões intertextualmente articuladas fazem parte de um contexto de resistência ao cenário político vivenciado, mais especificamente em 2016, e embora não sejam vozes atribuídas, podem ser facilmente reconhecidas pela leitora ou leitor familiarizado com o contexto.

Essas expressões são constituídas de profundos significados políticos, carregam sentidos das lutas de vários movimentos que se opuseram ao Golpe Jurídico-Parlamentar-Midiático no Brasil. “Fora Temer”, mais que uma expressão, ou uma palavra de ordem, se assim quiséssemos pensá-la dentro desse cenário de inconformismo político, representa um momento da história do país em que um vice-presidente com baixíssimo índice de popularidade assumiu o poder, e mesmo sem apoio popular adotou medidas neoliberais que afetaram profundamente diversas áreas, principalmente as sociais.

A questão das “ocupações” também pode ser pensada à semelhança do “Fora Temer”. Mais que referência a um fato específico ocorrido – ocupação do espaço físico das escolas por discentes, principalmente de Ensino Médio, contra a aprovação da PEC 241 –, as “ocupações” se constituíram como um movimento que representou a principal forma de resistência à considerada PEC da Morte, a qual congela os investimentos sociais por 20 anos. As “ocupações” foram a resposta de muitas e muitos alunos às políticas de ajuste fiscal implantadas pelo governo, reforçando o espaço de resistência da educação nessa conjuntura política.

Ao ironizar as expressões com uso de aspas logo na abertura de sua mensagem, o autor topicaliza os fatos a partir dos quais vai particularizar suas ameaças ao longo do texto. Assim, o balanço do ano de 2016 parte de um contexto histórico definido menos por fatos claramente delimitados que por grandes disputas discursivas. Uma das ambições do Programa Escola sem Partido está justamente nessa disputa discursiva sobre as narrativas, sobre a construção do imaginário dos fatos, sobre a estruturação da opinião pública.

Segundo Fairclough (2003, p. 41), a articulação de vozes é possível por muitas formas de materialização: podem ser explicitamente delimitadas na representação por discurso direto; mescladas, por discurso indireto; assimiladas, em pressuposições; apenas ecoadas em relatos narrativos de atos de fala. A análise do aspecto intertextual de textos deve ser orientada pela observação da abertura ou do fechamento da diferença, isto é, dos variados graus de dialogicidade com as vozes recontextualizadas. No texto em análise, as instâncias de articulação intertextual mostram fechamento para a diferença, por meio de

vários recursos sobrepostos: o enunciador genérico, a ironia e a pressuposição. Esses recursos constroem o pressuposto negativo em relação à conduta do suposto “professor militante”, destinatário da mensagem de fim de ano, e assim o espaço discursivo se fecha à diferença, pois a violência e a ameaça supõem o autoritarismo.

Também a interdiscursividade ativada na metáfora, por exemplo na expressão “voltar ao front”, alude ao discurso bélico que Nagib parece querer estabelecer por comparação. Na mensagem proposta por ele, nota-se uma separação em dois grupos de docentes: os militantes (“com o seu perfil”) e os não militantes, aos quais a mensagem não se dirige. Além disso, o discurso da guerra pode ser compreendido dentro do propósito do programa *Escola sem Partido*, que explicita a disputa pela reivindicação do papel da escola, a disputa pelo conceito de ideologia, a disputa pela compreensão do papel docente no processo educacional. Assim, se estabelecem grupos adversários a partir dessa suposta divisão sinalizada pelo autor da mensagem já no título que a compõe. Tal efeito de sentido é reforçado ao longo do texto na forma de ameaça reificada uma e outra vez, por meio de variados recursos, como apontamos aqui.

O segundo parágrafo da mensagem começa com previsões para o ano de 2017. Aqui também podemos inferir que o criador do programa *Escola sem Partido* se vale de estratégias para o efeito de ameaça. No fragmento “O problema é que, graças em parte ao trabalho realizado pelo Escola sem Partido – que você *tanto odeia quanto teme* –, a doutrinação ideológica e a propaganda política e partidária em sala de aula estão se tornando uma atividade de alto risco” (destaques acrescentados), as expressões verbais com “odiar” e “temer” sinalizam a posição de poder assumida pelo autor quando enuncia pressupostos sentimentos de seu interlocutor ou interlocutora. Também se ativa avaliação positiva do programa.

Na sequência do parágrafo, novamente em estrutura de pressuposição – “A cada dia mais gente fica sabendo quem você é e o que você faz no segredo das salas de aula. E o que é pior: essas pessoas já entenderam que aquelas práticas, além de covardes e antiéticas, são ilegais” –, além da desqualificação categórica do/a docente pelo que supostamente “é” e “faz”, observamos a ativação de uma avaliação negativa enfatizada pelo conectivo “e” acrescido do qualificador “pior”. O texto produz a partir daí um efeito de sentido de inverdade, quando, para além de avaliar (“covardes” e “antiéticas”), afirma que “aquelas práticas” seriam “ilegais” e passíveis de processo. Mesmo sendo mentira, como atesta o parecer emitido pelo Ministério Público Federal, na Nota Técnica 01/2016 PFDC, a informação vem expressa com alto valor modal epistêmico.

No mesmo sentido, na elaboração de sua argumentação sobre as previsões para o ano de 2017 e a materialização das propostas do programa *Escola sem Partido*, Miguel Nagib tenta profetizar lugares e ações do/a professor/a, sempre trabalhando com sentidos pressupostos. No trecho (destaques acrescentados) “O interessante é que, nesse meio tempo, elas *já não* estarão sob o seu poder, de modo que você *não* poderá persegui-las ou prejudicá-las”, os advérbios sublinhados explicitam o pressuposto de que o/a interlocutor/a atualmente exerça esse poder de perseguição, mais uma vez ativando avaliação negativa.

O domínio discursivo empresarial se torna relevante ao ser colocado dentro do campo de sentido da escola, atribuindo à relação docente-discente um papel de prestação

de serviço: “usuários dos serviços que elas [escolas] prestam”. Assim, os sentidos pressupostos cumprem também o papel de instrumento de propagação dos ideais do programa *Escola sem Partido*. Ao programa interessa que a relação entre professores/as e estudantes seja entendida como de prestação de serviços, já que uma das grandes disputas em questão é o conceito de educação como formação técnica.

Para finalizar a mensagem, Nagib ainda recorre a estratégias que se destacam na construção do efeito cumulativo de ameaça. Ao dizer que disponibilizará modelo de petição para criminalizar docentes, Nagib evidencia seu papel social de advogado, colocando-se, uma vez mais, em posição de poder. A qualificação expressa em “prazer” materializa a construção desse objetivo de ameaça, que perpassa toda estrutura da mensagem. Novamente é relevante a escolha lexical, por exemplo, de “vítimas”, que reforça o argumento do antagonismo da figura docente frente ao papel supostamente vulnerável e paciente de estudantes nessa representação.

Assim sendo, podemos depreender, a partir da lente analítica da intertextualidade e dos sentidos pressupostos ativando avaliação, que recursos discursivos cumulativos servem ao propósito comunicativo de desqualificar a figura docente ou imprimir-lhe ameaça. Os discursos ativados no texto trazem fatos e argumentos do ano de 2016 para o “balanço” pretendido pelo autor, assim como geram oportunidade para prospecção do ano de 2017 com o pano de fundo da intimidação.

Nesse sentido, podemos deduzir que, em sua mensagem de fim de ano, Miguel Nagib, tendo como alicerce o discurso opressor e violento do programa *Escola sem Partido*, age discursivamente de modo a constranger, intimidar e violentar professores e professoras, restringindo sua liberdade de cátedra e, pelo recurso dos pressupostos recorrentes, suas possibilidades interpretativas do presente e do futuro.

Com a observação de vocabulário, gramática e estrutura textual, podemos discutir como o programa *Escola sem Partido* alicerça-se sobre discursos de violência e opressão, e como o discurso organizado em ação (gênero), constrói suas práticas particulares de produção, distribuição e consumo.

A seguir, nos debruçamos sobre o segundo objeto analítico deste artigo: notícia publicada pelo jornal *Estado de S. Paulo*. Nela, é possível observar que o que era uma ameaça em 2016 se constitui como uma prática que se legitima em 2017.

## 5 “BLITZ EM ESCOLAS”: A AMEAÇA SE MATERIALIZA

Nosso segundo objeto de análise neste artigo é um texto publicado na plataforma online do jornal *Estado de S. Paulo*, jornal paulista fundado em 1875, online desde 1995, e de viés marcadamente conservador. A notícia apresenta a estrutura clássica do gênero, mas materializa, à semelhança da mensagem anteriormente analisada, oportunidade para produção do efeito de sentido de ameaça e a construção da representação negativa da categoria docente.

A análise do vocabulário mostra a narrativa do jornal sobre a ação do vereador que faz “blitz” em escolas em busca da ‘doutrinação’ propalada pelo movimento *Escola sem Partido*. Com o título “Vereador Fernando Holiday faz blitz em escolas para verificar ‘doutrinação’”, a notícia publicada em 4 de abril de 2017 é reproduzida a seguir:

**Texto 2 – Notícia****Vereador Fernando Holiday faz blitz em escolas para verificar “doutrinação”****Atitude do vereador provocou reação na Câmara; sindicato dos professores repudiou visitas.**

SÃO PAULO - O vereador Fernando Holiday (DEM-SP) anunciou em sua página no Facebook que está fazendo visitas surpresas a escolas municipais de São Paulo para verificar se está acontecendo algum tipo de "doutrinação ideológica" dentro das salas de aula. As blitzes de Holiday provocaram a reação do sindicato dos professores e de outros parlamentares.

"Estamos indo fiscalizar a estrutura das escolas para ver se está tudo em ordem, mas também o conteúdo que é dado em sala de aula, se está havendo algum tipo de doutrinação ideológica, se os professores estão dando aquilo que realmente deveriam dar ou se têm professores entrando lá com camiseta do PT (Partido dos Trabalhadores), do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Por enquanto nas escolas que fui isso não está acontecendo", disse Fernando Holiday em um vídeo publicado nesta segunda-feira, 3.

Em uma das publicações no Facebook, o vereador dizia ter visitado duas escolas na zona sul de São Paulo. Holiday pediu ainda denúncias sobre as unidades. "Se seu filho, filha, neto ou neta estuda em uma escola que não é exemplo, onde os professores abusam da autoridade em sala de aula, onde a direção não faz o seu trabalho devidamente, não deixe de denunciar. Eu vou chegar de forma surpresa para que todos saibam que tipo de escola é aquela".

Em reação às visitas de Holiday, a bancada do PT na Câmara divulgou nota em que diz que a atitude do parlamentar fere a legislação, a liberdade de cátedra e a autonomia das escolas sobre o conteúdo ministrado nas salas de aula. Segundo o partido, as visitas "desrespeitam os milhares de educadores que atuam nas escolas da Prefeitura de São Paulo".

O partido defende que os vereadores visitem as escolas públicas, dialoguem com a direção e conheçam as condições do equipamento. "Mas não podem entrar em sala de aula sem serem convidado pelo professor, que detém a autonomia e a autoridade pedagógica no ambiente de ensino. Muito menos adentrar a sala para conferir o conteúdo que os educadores estão ministrando aos estudantes".

O Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (Simpeem) repudiou as blitzes de Holiday e pediu que a Câmara e o Ministério Público tome providências. O sindicato diz ainda que "agirá judicial e politicamente contra a ação tresloucada e irresponsável do vereador".

Em resposta às críticas, Fernando Holiday disse, no plenário da Câmara nesta terça-feira, 4, que atendeu à "reclamação de muitos pais", que diziam que "alguns professores estavam fazendo propaganda partidária dentro da sala de aula induzindo seus filhos a aderir a essa ou aquela bandeira".

"Estou indo a escolas fazer visitas surpresas, sim, e pretendo continuar, a menos que o Tribunal de Justiça diga que isso não é possível", afirmou Holiday.

Procurada pelo Estado, a Secretaria Municipal da Educação (SME) disse que "zela pela garantia dos princípios estabelecidos na legislação educacional vigente no país". A pasta destacou incisos do artigo 3 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que diz que o ensino será ministrado a partir dos princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; do respeito à liberdade e apreço à tolerância; da valorização do profissional da educação escolar; e da garantia de padrão de qualidade.

A Secretaria diz ainda que, "qualquer notificação de eventuais irregularidades ou procedimentos contrários aos princípios acima descritos devem ser notificados, diretamente, à SME para a análise pelos órgãos competentes".

O secretário municipal da Educação, Alexandre Schneider, também se manifestou em sua página no Facebook. "Evidentemente o vereador exacerbou suas funções e não pode usar de seu mandato para intimidar professores", disse.

"A escola, como qualquer organização social, pública ou privada, não é nem nunca será um espaço neutro. A escola pública, laica, plural, não deve ser espaço de proselitismo de qualquer espécie. É o que diz a lei de diretrizes e bases da educação. É o que fundamenta a sua base republicana", disse o secretário. "Convido, respeitosamente, o vereador Holiday a se juntar a nós na construção de uma escola pública que represente os valores da liberdade, do pluralismo de ideias e da tolerância."

Fonte: Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-fernando-holiday-faz-blitz-em-escolas-para-verificar-doutrinação,70001726796>. Acesso em: maio 2019.

RODRIGUES, Renata Rena; RESENDE, Viviane de Melo. Mensagem de fim de ano e blitz em escolas: discurso, violência e ameaça no Programa Escola sem Partido no Brasil. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 159-177, jan./abr. 2020.

A notícia, que gerou repercussão quando publicada, narra visitas do vereador de São Paulo Fernando Holiday a escolas em busca da “doutrinação” que supostamente justificaria o movimento e o programa “Escola sem Partido”. À semelhança do texto anterior, a notícia do jornal pauta-se em recursos de lexicalização na construção de efeitos de sentido. Já no título, a escolha da palavra “blitz” talvez constitua a estratégia mais significativa para observarmos a articulação do discurso de ameaça e violência difundido pelo Programa Escola sem Partido e neste texto referendado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Ao se utilizar desse léxico, o jornal confere à “visita” do vereador uma conotação ou efeito de sentido particular, e estabelece relações entre práticas em princípio não relacionadas, aludindo ao significado de “operação policial rápida e inesperada”, segundo dicionário. Blitzes nos remetem ao campo semântico do policiamento. Não é qualquer ator social que pode executar uma blitz: trata-se de prática restrita a certos grupos bem definidos de atores, dos quais vereadores não fazem parte, e a certos contextos também definidos, não incluindo o espaço escolar.

Assim, estamos diante de um contexto em que causa estranhamento a utilização da palavra, uma vez que a ação pretendida da “blitz” seria realizada em escolas e por um vereador, e esse estranhamento é o que desperta o efeito de sentido de intimidação e ameaça, mas também de transgressão por parte do grupo social submetido à vigilância: o corpo docente.

O fato de as “blitzes” serem também nomeadas como “visitas surpresas” nos remete novamente aos papéis sociais dos sujeitos que desempenham as ações noticiadas. A quem caberia a “liberdade” de realizar essa surpresa nas escolas? Compreendemos aqui que ao se valer dessa escolha lexical e não outra o vereador se coloca numa posição de autoridade que lhe conferiria essa “competência”. Surpresa, nesse contexto, é relacionada ao potencial de sentido de algo súbito, com efeito de ameaça de ‘flagrante’, para seguir no léxico policial, uma vez que o propósito de tal visita inesperada é exercer práticas no campo da averiguação, intimidação, ameaça – o que põe o corpo docente em suspeição.

A estrutura textual diz respeito à arquitetura do texto, principalmente no que se refere a aspectos superiores do planejamento de diferentes tipos de texto. A forma como o texto se organiza sinaliza a percepção dos sistemas de crenças e conhecimentos que se quer divulgar, apontando, assim, escolhas e lugares de fala definidos (van DIJK, 2005). A opção pelo gênero notícia, em detrimento, por exemplo, de reportagem, comentário, artigo de opinião, já indica um propósito definido que a princípio poderia remeter à ingênua ideia de imparcialidade ou relato de fatos ocorridos. Entretanto, notamos que a própria escolha vocabular do título da notícia já sugere um posicionamento do jornal em relação aos fatos relatados, assim como as relações intertextuais estabelecidas.

O texto, organizado em 11 parágrafos, articula elementos típicos ao gênero notícia, inclusive relações intertextuais como fontes jornalísticas e a estratégia de reunir vozes antagônicas na disputa. Chama atenção, nessa articulação específica da intertextualidade, a organização geral das vozes ao longo do texto e como contribuem para os efeitos de ameaça já anunciados na manchete.

Os três primeiros parágrafos organizam referências a textos anteriores do vereador: o primeiro parágrafo, a texto publicado por Holiday em rede social; o segundo, a vídeo

publicado pelo vereador na internet; o terceiro, novamente a rede social do vereador. Nos três com aspas de Holiday em discurso direto, e no terceiro com espaço de propaganda do pedido de denúncia que é típico do programa *Escola sem Partido* (como vimos na análise anterior).

No fragmento (destaques acrescentados) “O vereador Fernando Holiday (DEM-SP) anunciou em sua página no Facebook que *está fazendo visitas* surpresas a escolas municipais de São Paulo para *verificar se está acontecendo* algum tipo de ‘doutrinação ideológica’ dentro das salas de aula”, a escolha lexical para representar as ações do vereador já sinaliza papel fiscalizador (executivo) que ele acredita exercer junto às escolas de São de Paulo. A ideia de anúncio pode ser percebida num campo semântico de declaração, previsão, anúncio, que materializa a primeira ameaça feita pelo vereador: o “comunicado” da sua atitude de intimidação a docentes.

A utilização de formas verbais com gerúndio (“está fazendo”, “está acontecendo”) cria um paralelismo que remete a ação contínua, tanto por parte do vereador quanto do fato ‘denunciado’ em si. Por fim, a utilização da forma verbal “verificar” implica sentido de *averiguar, investigar, apurar, aferir, examinar, confirmar*, campo de sentido que à vez coloca docentes numa situação de suspeita e ativa pressupostos de verdade.

A oposição entre “algum tipo de doutrinação” e “aquilo que realmente deveriam dar” evidencia a vaguidão nos dois polos criados: nada se especifica, nem em termos de doutrinação (algum tipo) nem em termos do conteúdo esperado (aquilo). Somado a isso, a expressão “realmente deveriam dar” pressupõe o efeito de sentido de ameaça, pela força da combinação de modalidade epistêmica (realmente) e deôntica (deveriam). Segundo Holiday, a professora ou o professor estaria incorrendo em delito caso não estivesse cumprindo o suposto protocolo, vagamente referido.

Ainda em relação a esta fala de Holiday, é importante destacar as justificativas que apresenta para suas “visitas surpresas”, expressas naquilo que ele parece buscar. Ele estaria “verificando” conteúdos ministrados ou criminalizando vinculações partidárias? Enquanto a suposta doutrinação (algum tipo) e o conteúdo acadêmico (aquilo) são referidos vagamente, nota-se que o único elemento de referência claramente definido é a camiseta de partido político ou movimento social (do PT e do MST – mas do DEM e do MBL não?).

Depois, também em três parágrafos, organizam-se os espaços intertextuais do ‘outro lado’, mas com distinta força de ênfase. Quando o jornal aponta a oposição apenas da bancada do PT, apaga os outros partidos e confina a questão em uma disputa de duas polaridades. O PT é diretamente referido (“camiseta do PT”) e se defende, mas o debate fica nessa polarização, quando de fato é maior que isso. O jornal escolhe afirmar que “a bancada do PT na Câmara divulgou nota em que diz que a atitude do parlamentar fere a legislação”, quando poderia atribuir a mesma avaliação, por exemplo, à voz do Ministério Público ou outros órgãos que já se manifestaram a respeito do programa *Escola sem Partido* em sua inconstitucionalidade. Assim o jornal faz parecer que esse aspecto legal seja uma questão de polaridade partidária ou de mera opinião, quando se trata de questão já julgada em instâncias competentes. Somente no espaço intertextual em discurso direto com aspas para o Sindicato de Profissionais da Educação aparece uma avaliação mais forte da ação do vereador (“tresloucada e irresponsável”), mas logo em seguida vem o espaço de resposta, em que ele apela para a sociedade de forma indefinida na estrutura pronominal (muitos pais, alguns professores).

O tribunal de justiça não foi procurado pela matéria, e essa é uma ausência significativa, já que todas as vozes articuladas, à exceção do vereador, mencionam a lei e a justiça. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o argumento legal, em referência ao Ministério Público, são identificados nas falas articuladas na notícia, e por isso é curioso o fato de que nenhum órgão do judiciário tenha sido procurado pela redação para esta notícia.

Por fim, cabe ressaltar o papel institucional conforme referido na notícia: a secretaria municipal e o secretário municipal de educação. Ao dizer que “qualquer notificação de eventuais irregularidades ou procedimentos contrários aos princípios deveriam ser notificados diretamente a secretaria de educação para análise pelos órgãos competentes”, o jornal faz parecer que a secretaria estaria ratificando a perseguição do vereador, assim como na mitigação articulada à fala do secretário, com “exacerbou” para qualificar a atitude do vereador. Quase como em um pronunciamento político continua o secretário, cuja voz fecha a notícia com tom atenuador diante das “visitas” de intimidação. Evocando o domínio discursivo da liberdade, apela para o argumento legal, porém termina com um cordial convite ao vereador para se juntar na construção de uma escola plural.

Assim, à semelhança da mensagem de fim de ano, a notícia do jornal *Estado de S. Paulo* traz representações de ameaça e violência que são elementos estruturantes do movimento *Escola sem Partido*. São práticas discursivas que, recontextualizadas, têm disseminado e naturalizado de forma bastante rápida as ações do Programa. Mesmo que em sua inconstitucionalidade não se possa tornar lei, o programa já deu seus frutos, instalando posturas autoritárias e opressoras da liberdade e do questionamento que devem constituir todo processo educativo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Mensagem de fim de ano* e a notícia sobre a *Blitz em escolas* entrelaçam distintas ordens do discurso e assim explicitam relações de poder pretendidas e já estabelecidas entre o movimento *Escola Sem Partido* e o professorado. Mesmo tratando-se de ações discursivas distintas, disputam algo em comum, e para isso reproduzem discursos de ameaça que contêm sugestões de disciplinamento e violentam a relação histórica entre docentes e discentes, e o espaço da sala de aula.

Na notícia, o agente da ação que conduz as representações no texto é o vereador, e sua atitude de intimidação tem um alvo bastante determinado: novamente a figura docente. Nesse sentido, as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social do *Escola sem Partido* (coação e agressão) explicitam papéis e discursos assumidos pelos atores sociais envolvidos nas práticas sociais.

As ideologias presentes nos textos são significações/construções da realidade em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas, e contribuem para a produção, reprodução ou transformação de relações de dominação. Assim sendo, por meio de análises, podemos buscar refletir sobre os poderes em disputa no contexto

investigado e como se deixam ver em textos particulares. Certos papéis sócio-históricos (de docente e discente) e espaços sociais (espaço físico da escola, mas também espaço simbólico de aprendizagem) estão sob questionamento pelo movimento/programa *Escola sem Partido*.

O direito de questionar, componente da prática escolar que corrobora o papel dialógico da escola, passa a ser substituído pelo direito de incriminar, numa incitação clara e violenta para que o professorado possa ser monitorado em relação a sua liberdade de produzir conhecimento em sala de aula, modificando, assim, o direito do alunado de demandar, indagar. Este último grupo sendo estimulado a acusar, delatar e condenar práticas docentes, o que se supõe é uma disputa sobre as relações sociais entre os atores da educação, passando a constituírem-se como adversários, não parceiros no processo ativo de aprendizagem.

Há aí uma tentativa de alterar também o papel da escola, de local de produção e exposição de divergências e debates, do exercício da democracia, a que pertence o âmbito escolar, a espaço de exclusão e de verdades únicas, de policiamento e coação, de suposta neutralidade, impossível de ser alcançada. Há uma ameaça muito clara de que práticas sociais exercidas na escola plural e democrática passem a ser reprimidas ou condenadas. O que está em jogo é maior que os lugares institucionais... sairíamos da sala de aula para uma sala de audiência? Estes e outros questionamentos se fazem urgentes no contexto de práticas do movimento/programa *Escola sem Partido*.

O que se coloca em disputa é mais que o que seriam as ordens do discurso do âmbito escolar e/ou familiar. Sem a interação subjetiva, o papel ativo dos sujeitos na atribuição de sentidos, não existem condições para explicar o processo de produção do discurso. É necessário um trabalho não só pela academia, que se debruça sobre a investigação mais sistemática desses discursos, mas um trabalho de reflexão que possa ser, na prática, de alcance social no intuito de não nos abstermos desse debate tão importante em nosso contexto sócio-histórico.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277-326.
- CHOUILIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: University Press, 1999.
- CHOUILIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity*. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh University Press, 1999.
- CONSULTA PÚBLICA Senado Federal: Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=125666>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. 2. ed. New York: Longman, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (Eds.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 179-203.

RODRIGUES, Renata Rena; RESENDE, Viviane de Melo. Mensagem de fim de ano e blitz em escolas: discurso, violência e ameaça no Programa Escola sem Partido no Brasil. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 159-177, jan./abr. 2020.

- FRIGOTTO, G. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017.
- PEDRO, E. R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1998a, p. 19- 46.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011).
- RESENDE, V. *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares* Campinas: Pontes, 2009.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- VAN DIJK, T. Nuevo racismo y noticias: un enfoque discursivo. In: NASH, M.; TELLO, R.; BENACH, N. (Org.). *Inmigración, género y espacios urbanos*. Los retos de la diversidad. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005. p. 33-55.
- VAN DIJK, T. A. *Society and Discourse*. How Social Contexts Influence Text and Talk. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Org.). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 17-34.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.